

ENERGISA MINAS GERAIS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ nº 19.527.639/0001-58 - Companhia Aberta

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da Energisa Minas Gerais – Distribuidora de Energia S.A. - Cataguases - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Energisa Minas Gerais – Distribuidora de Energia S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Energisa Minas Gerais – Distribuidora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

“Principais assuntos de auditoria” são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento de receita - fornecimento de energia elétrica

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 3.2 e 2.1 às demonstrações financeiras, o faturamento da energia elétrica que compõe a receita da Companhia é volumoso e pulverizado, o que resulta na dependência de processamentos sistêmicos complexos, que garantam a inclusão da totalidade dos consumidores. Além disso, a valorização das quantidades de energia faturadas deve estar em conformidade com os critérios regulatórios específicos das classes de consumidores e tarifas determinadas pelo Órgão Regulador do setor. Concluído o processamento do faturamento, a adequação do registro contábil depende da correta integração entre os sistemas de faturamento e contábil. A finalização do processo de reconhecimento da receita ainda inclui o julgamento do auditor sobre a estimativa da Administração em relação à parcela da receita de fornecimento de energia no mês, que somente será faturada no mês seguinte, de acordo com regime de competência. Nossos procedimentos de auditoria para endereçamento do risco significativo de reconhecimento de receita incluíram, dentre outros, o seguinte: avaliação dos controles internos sobre o faturamento e a receita, envolvendo nossos especialistas de Tecnologia da Informação; realização de procedimentos de análise de variação dos saldos; teste de valorização da receita, confrontando com as expectativas geradas a partir de nosso conhecimento da indústria; testes de amostragem, confrontando as informações do faturamento com os dados de consumo individual e tarifas aprovadas pelo Órgão Regulador; e teste da integridade entre os sistemas de faturamento e contábil.

Provisão para riscos e passivos contingentes

A Companhia possui diversos processos e/ou questionamentos fiscais, cíveis e trabalhistas, cujos desfechos não estão totalmente sob controle da mesma (nota explicativa nº 19). Devido a razões diversas, algumas dessas disputas podem não estar corretamente avaliadas, quantificadas ou adequadamente registradas. A administração em conjunto com seus assessores jurídicos precisa exercer um elevado grau de julgamento na avaliação dos riscos envolvidos e na definição das estimativas de perda de cada disputa em andamento. Além disso, as informações de cada assessor jurídico precisam ser analisadas, consolidadas e integradas com a contabilidade. Nossos procedimentos de auditoria para endereçamento do risco significativo relativo a provisão para riscos e passivos contingentes incluíram, dentre outros, o seguinte: avaliação dos controles internos; envio de confirmação independente para os advogados responsáveis pelos processos e/ou questionamentos em curso; verificação da consistência das informações existentes no relatório de inventário de processos e de riscos da Companhia com as respostas dos advogados; discussões com a Administração e seus assessores jurídicos sobre as premissas adotadas na definição dos prognósticos de perda dos processos representativos; teste da totalização dos processos e/ou questionamentos que compõem a provisão para riscos; e revisão das informações incluídas na divulgação dos passivos contingentes nas notas explicativas às demonstrações financeiras.

Instrumentos financeiros derivativos

Conforme nota explicativa nº 27 às demonstrações financeiras, a Companhia mantém operações significativas com instrumentos financeiros derivativos, que visam, principalmente, a proteção contra a oscilação no preço de empréstimos e financiamentos pelas taxas de câmbio e juros. Devido à complexidade do processo de valorização e marcação a mercado, incluindo a metodologia e premissas, existe o risco significativo de que os valores atribuídos a esses instrumentos financeiros derivativos não estejam corretamente quantificados e apresentados nas demonstrações financeiras. Nossos procedimentos de auditoria para endereçamento do risco significativo relativo aos instrumentos financeiros derivativos incluíram, dentre outros, o seguinte: avaliação dos controles internos; envio de confirmação independente para as instituições financeiras; seleção de transações individuais para teste, incluindo o confronto das informações utilizadas nos cálculos com os respectivos contratos; utilização de especialistas internos para revisão das premissas utilizadas pela administração na valorização dos instrumentos financeiros derivativos e reexecução dos cálculos; e revisão das informações sobre os instrumentos financeiros derivativos divulgadas nas notas explicativas às demonstrações financeiras.

Ênfase

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa 3.3 às demonstrações financeiras, que indica que a Companhia reclassificou certas transações que resultaram na reapresentação das demonstrações do resultado e do valor adicionado correspondentes. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração e o balanço social. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras, não abrange o relatório da administração e o balanço social e, portanto, não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esses relatórios. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e o balanço social e, ao fazê-lo, considerar se esses relatórios estão, de forma relevante, inconsistentes com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparentam estarem distorcidos de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há uma distorção relevante no relatório da administração e no balanço social somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro, e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 23 de março de 2017

DELOITTE TOUCHÉ TOHMATSU

Audítores Independentes

CRC 2SP 011.609/O-8 “F” RJ

Antonio Carlos Brandão de Sousa

Contador

CRC IRJ 065.976/O-4

1344 cm -24 941387 - 1

PARTAGE SHOPPING BETIM				METROPOLITAN GARDEN EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S/A.				DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em reais)				
Em atendimento as disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas o Balanço Patrimonial, as Demonstrações do Resultado, as Mutações do Patrimônio Líquido, o Fluxo de Caixa correspondentes aos Exercícios Sociais findo em 31/12/2016 e 31/12/2015. Colocamos-nos a disposição para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.				CNPJ/MF nº 12.259.957/0001-36 RELATÓRIO DA DIRETORIA				2015				
BALANÇO PATRIMONIAL FINDOS EM EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em Reais)				BALANÇO PATRIMONIAL FINDOS EM EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em Reais)				EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em reais)				
Ativo	Nota	2016	2015	Passivo E Patrimônio Líquido	Nota	2016	2015	Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	2016	2015		
Circulante				Circulante				Prejuízo líquido do exercício	(26.149.374)	(22.614.752)		
Caixa e equivalentes de caixa	3.3	513.423	689.627	Fornecedores		35.047	229.695	Depreciações/amortização	4.622.417	3.166.032		
Clientes	3.4	4.466.803	3.784.241	Obrigações sociais, trabalhistas e tributárias	3.13	13.064	22.838	PDD	1.499.773	(255.804)		
Adiantamentos a terceiros	3.5	641	1.064	- Contas a pagar - férias e encargos		-	12.495	Juros s/ empréstimos e financiamentos	18.832.710	19.118.306		
Despesas antecipadas	3.6	-	2.939	Impostos e contribuições a recolher	3.14	129.174	113.567	Impostos diferidos	(2.056.253)	-		
Impostos a recuperar	3.7	59.685	295.327	Outras contas a pagar	3.15	28.502	413.721	Impostos diferidos	8.483.653	-		
Aporte ao condomínio edilício	3.8	109.184	401.094	Arrendamento mercantil		129.466	105.558	Prejuízo líquido ajustado	5.232.927	(586.219)		
Total do ativo circulante		5.149.735	5.174.292	Financiamento imobiliário - Itaú S.A.	3.16	11.119.881	9.779.819	(Aumento) redução de ativos:				
Não circulante				Total do passivo circulante		11.455.135	10.677.692	Clientes	(1.508.671)	438.075		
Realizável a longo prazo				Não Circulante				Adiantamentos a Terceiros	423	257.241		
Depósitos judiciais	3.9	26.502	27.723	Financiamento imobiliário - Itaú S.A.	3.16	142.358.484	149.600.119	Despesas antecipadas	2.939	297.417		
Impostos diferidos	3.10	2.056.253	-	Arrendamento Mercantil		61.404	196.829	Impostos a recuperar	235.643	(62.151)		
Propriedades para investimentos	3.11	324.356.604	325.840.377	Adiantamento para futuro aumento de capital	3.17	55.546.943	31.382.760	Aporte ao condomínio edilício	(381.754)	323.811		
Imobilizado	3.12	1.570.489	1.861.942	Impostos diferidos	3.18	8.483.653	-	Processos Judiciais	1.221	79.994		
Intangível		32.622	45.110	Total do passivo não circulante		206.450.484	181.179.709	Aumento (redução) de passivos:				
Total do ativo não circulante		328.042.470	327.775.152	Patrimônio líquido	3.19			Fornecedores	(194.647)	(1.243.961)		
Total do ativo		333.192.205	332.949.445	Capital social		169.458.492	169.458.492	Obrigações sociais e trabalhistas a recolher	(9.773)	(45.738)		
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO				Capital social a realizar		-	(343.917)	Contas a pagar - férias e encargos	(12.495)	(148)		
(Em Reais)				Reservas de capital		30.575.423	30.575.423	Impostos e contribuições a recolher	15.607	(19.340)		
Discriminação	Nota	2016	2015	Prejuízos acumulados		(84.747.329)	(58.597.955)	Outras contas a pagar (curto e longo prazo)	(385.219)	51.116		
Receita líquida operacional	3.20	11.669.148	9.557.002	Total do patrimônio líquido		115.286.587	141.092.043	Caixa líquido (consumido) gerado nas atividades operacionais	(2.236.727)	76.316		
Receitas (despesas) operacionais		(12.371.539)	(13.024.840)	Total do passivo e patrimônio líquido		333.192.205	332.949.445	Caixa operacional líquido	2.996.199	(509.903)		
Gerais e administrativas	3.21	(14.383.517)	(14.470.881)	DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO								
Tributárias	3.21	(195.580)	(208.500)	EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em reais)								
Outras receitas (despesas) operacionais líquida	3.21	2.207.558	1.654.540	Discriminação	Capital	Capital a	Reserva	Prejuízos	Total			
Resultado antes do resultado financeiro		(702.391)	(3.467.838)	Saldos em 31/12/2014	169.458.492	10.550.250	30.575.423	(35.983.202)	153.500.463			
Resultado financeiro		(19.019.583)	(19.146.915)	Capital a integralizar	-	10.206.333	-	-	10.206.333			
Receitas financeiras	3.22	50.448	213.941	Prejuízo do exercício de 2015	-	-	(22.614.752)	(22.614.752)	(2.236.727)	17.652.413		
Despesas financeiras	3.22	(19.070.031)	(19.360.856)	Saldos em 31/12/2015	169.458.492	(343.917)	30.575.423	(58.597.955)	141.092.043			
Resultado operacional antes do IRPJ e CSLL		(19.721.974)	(22.614.752)	Capital a integralizar	-	343.917	-	-	343.917			
Imposto de renda e contribuição social		(6.427.400)	-	Prejuízo do exercício de 2016	-	-	(26.149.374)	(26.149.374)	(26.149.374)			
Resultado líquido do período		(26.149.374)	(22.614.752)	Saldos em 31/12/2016	169.458.492	-	30.575.423	(84.747.329)	115.286.587			
Resultado por ação - RS		(0,15)	(0,13)	Nota: Os totais poderão eventualmente divergir do somatório das partes em função de arredondamentos								
Valor patrimonial por ação RS		(0,50)	(0,35)									

DIRETORIA: Raphael Baptista Netto - Diretor

Ricardo Panzenboeck Dellape Baptista - Diretor

Helder Couto de Mendonça - Diretor

CONTADOR: Clayton Claudinei Nogueira - CRC ISP 306862/O-0

As demonstrações contábeis na íntegra, acompanhadas do relatório emitido pelo Auditor Independente e as Notas Explicativas, encontra-se a disposição na Sede da Companhia.

40 cm -24 941339 - 1

EDITORIA ALTEROSA LTDA.

CNPJ 17.181.488/0001-01

NIRE 312.046.7518.4

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Ficam os Senhores Cotistas de Editora Alterosa Ltda., convocados para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária a ser realizada na sede da Sociedade, situada na Av. Tom Jobim, nº 2700, Cidade Industrial, Contagem, no dia 27 de abril de 2017, às 09:00, em primeira chamada, ou, em não havendo quórum legal, às 09:30, em segunda chamada, para tratarem da seguinte ordem do dia:

GLOBO 100 EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S/A.

CNPJ: 17.489.322/0001-49 - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA - CONVOCAÇÃO - São convocados os senhores e senhoras acionistas da Globo 100 Empreendimentos Imobiliários S/A a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, que se realizará no dia 24 de abril de 2017, às 18 horas, no auditório da CDL - Câmara de Dirigentes Lojistas de Montes Claros, à Avenida Sidney Chaves, 447, bairro Edgar Pereira, nesta cidade de Montes Claros - MG, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: a) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras, relativos ao exercício social findo em 31/12/2016; b) Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31/12/2016 e distribuição de dividendos, se houver; c) Eleição dos membros do conselho administrativo e do conselho fiscal; d) Fixar a remuneração anual global dos membros da administração e da diretoria. Comunicamos que se encontram à disposição dos senhores acionistas, na sede social, os documentos a que se refere à Lei nº 6.404/1976, art. 133, com as alterações da Lei nº 10.303/2001, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016. Montes Claros/MG, 22 de março de 2017. Ivo Stehling - Presidente do Conselho de Administração.

Assuntos diversos

Contagem, 22 de março de 2017.

Carlos Alberto Rangel Proença

Presidente do Conselho de Administração

INSTITUTO BIOCANTÁBRICA			
CNPJ 05.112.713/0002-06			
DETALHAMENTO DA EXECUÇÃO FÍSICO - FINANCEIRA			
CONTRATO DE GESTÃO IGAM/001/2011			
IGAM Custeio		IGAM Investimento	
Saldo Inicial	RS...560.413,44	Saldo Inicial	RS...3.188.961,63
Receita	RS.1.818.703,24	Receita	RS...2.877.929,00
Repasse	RS.1.777.802,76	Repasse	RS.....0,00
Rendimento	RS.....25.244,30	Rendimento	RS...2.613.206,41
Outras Restituições	RS.....15.656,18	Outras Restituições	RS.....264.722,59
Despesa	RS...832.438,01	Despesa	RS...4.857.422,50
Desembolso	RS...832.438,01	Desembolso	RS...4.857.422,50
Saldo Final	RS.1.546.678,67	Saldo Final	RS...31.209.468,13
Responsável pela Execução			
Ricardo Alcântara Valory			
Diretor-Geral			
Fabiano Henrique da Silva Guedes			
Diretor Técnico			

SAAE-CARMO DO CAJURU-
Aviso de Licitação-PL67/2017, TP08/2017. Obj: perfuração de poço tubular profundo. Entrega dos envelopes: 12/04/2017 às 13:00h, abertura às 13h15 min. Edital e inf. 37-32441303 e licitações@saacarmodocajuru.mg.gov.br

1 cm -23 940894 - 1